

Os «retornados» das ex-colónias portuguesas: representações e testemunhos

Maria João Domingues Duarte

duarte_mj@hotmail.com

Resumo

Após o 25 de abril de 1974, dá-se o fim da guerra colonial e o início do processo de descolonização, que consequentemente provocou o regresso de milhares de portugueses das ex-colónias portuguesas, ficando conhecidos por «retornados». Partindo da análise da fonte hemerográfica, *O Comércio do Porto*, e na recolha de testemunhos, este artigo pretende analisar o perfil dos retornados, o seu regresso e a sua reintegração durante o ano de 1975, no Porto. A maioria dos retornados provinha de Angola e detinham qualificações superiores à média nacional. Muitos regressaram através da “ponte aérea” contando com ajuda internacional e de vários apoios, como por exemplo o IARN, que foram importantes para o seu regresso.

Palavras-chave: retornados, ex-colónias portuguesas, descolonização, 1975, Porto.

Abstract

After the 25th April 1974, the colonial war ended and the process of decolonization began which resulted in the return of thousands of Portuguese from the former Portuguese colonies, later being known as «retornados». Based on the analysis of the hemerographic source, *O Comércio do Porto* and on the gathering of testimonies, this article intends to analyse the profile of the «retornados», their return and their reintegration during the year 1975 in Oporto. Most of the *retornados* came from Angola and had qualifications above national average. Many returned through the *ponte aérea*, with international help and many other supports, such as the IARN, which were very important for their return.

Keywords: retornados, former Portuguese colonies, decolonization, 1975, Oporto.

Introdução

O meu tema para a realização do Seminário de História Contemporânea são os «retornados» das ex-colónias portuguesas utilizando representações na imprensa periódica, no Porto, durante o ano de 1975 e a recolha de testemunhos de retornados. A fonte selecionada foi o jornal *O Comércio do Porto*, consultando apenas o ano de 1975. Sendo um jornal diário permitiu ter uma visão da sociedade portuguesa perante o fenómeno dos retornados. Foi neste ano que se registou o grosso modo regresso dos portugueses que se encontravam nas ex-colónias a Portugal e, também, o surgimento da “ponte aérea” para o transporte dos portugueses. Escolhi este tema por motivos pessoais, dado que os meus avós e o meu tio foram exemplos dos milhares ex-colonos regressados a Portugal. Por esse motivo, decidi reunir os seus testemunhos enquanto “retornados”, realizando entrevistas para compreender melhor este fenómeno¹.

O tema sobre os retornados é relativamente estudado e isso reflete-se no estado da arte. Na bibliografia essencial para a melhor compreensão do tema destacam-se as obras de Rui Pena Pires, que nos apresenta a informação a nível estatístico e demográfico². Além disso, utilizei para realização deste trabalho outras obras como as de Maria Paula Meneses e Catarina Gomes³ e de António Costa Pinto⁴.

As minhas questões de investigação são: em que contexto se processou o fenómeno dos «retornados»? quem eram os retornados? de onde vieram os retornados e qual o seu destino? quais os motivos que levaram ao seu regresso? quando e como é que o governo português lidou com o fenómeno? quais os apoios que os retornados tiveram? e, por fim, que condições e medidas foram tomadas pelo governo para a integração dos retornados?

A metodologia utilizada ao longo do trabalho a análise documental, a partir das notícias que recolhi, na fonte, neste caso, o jornal *O Comércio do Porto*. Posteriormente, criei uma base de dados (com data, palavras-chave, autor, corpo de notícia e notas). No programa FileMarker, inseri-as em categorias. Na realização deste processo deparei-me com alguns obstáculos, nomeadamente os nomes das cidades, principalmente em Angola, em que muitos territórios mudaram as suas antigas

¹ Consultar em anexos o guião da entrevista e as respetivas entrevistas.

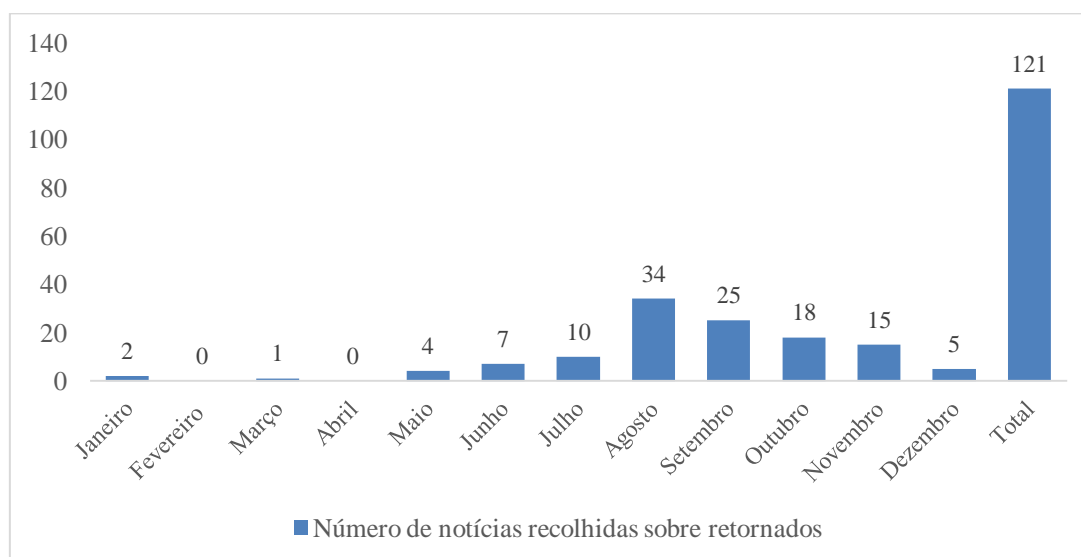
² PIRES, Rui Pena – *Os retornados: um estudo sociográfico*. Lisboa: IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1987.

³ MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – “Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa”. In MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena (org.) – *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina / CES, 2013.

⁴ PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

designações criadas durante o período colonial. Também encontrei alguns erros ortográficos nas notícias. No levantamento da informação encontramos várias designações para referir aos portugueses que regressaram das ex-colónias. Como por exemplo, “retornados”, “refugiados”, “espoliados” e “desalojados do ultramar”, sendo os dois primeiros os mais usados. Obtive mais informação de retornados provindos de Angola do que das outras ex-colónias. Tal pode ser explicado pelo facto da colónia de Angola ter mais portugueses do que as restantes. Além disso, ao analisarmos *O Comércio do Porto* ao longo do ano, há mais notícias a partir do mês de maio, como podemos ver na tabela seguinte:

Tabela 1. Distribuição mensal das notícias recolhidas sobre os retornados no jornal *O Comércio do Porto*, 1975⁵:

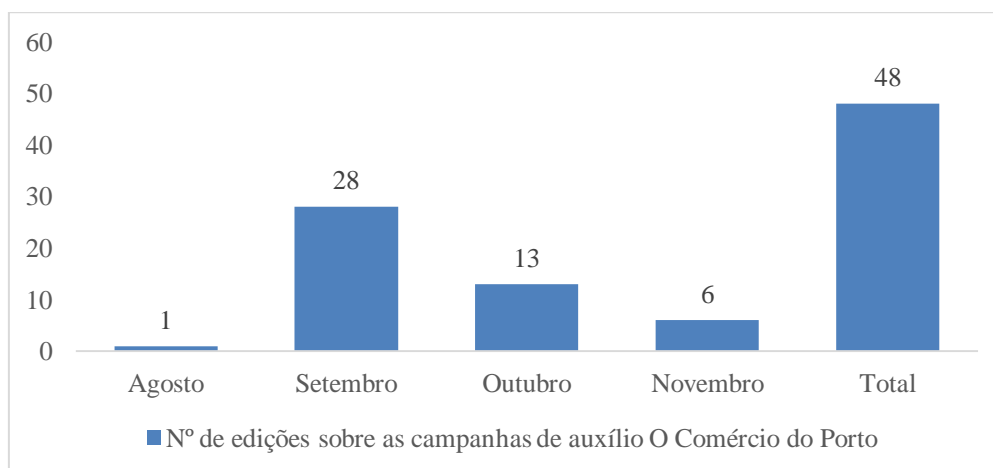


Fonte: *O Comércio do Porto*, 1975.

Além disso, realizei à parte uma recolha de notícias de apoio aos retornados, principalmente por iniciativa do jornal *O Comércio do Porto*. Como podemos ver na tabela seguinte, as “campanhas de auxílio aos deslocados de Angola” surgem a partir dos finais de agosto até ao mês de novembro. Faz sentido, dado que durante o “verão quente” se dá o regresso maciço dos retornados e são imprescindíveis os apoios para os acolher.

⁵ Não incluí as “campanhas de auxílio aos deslocados de Angola” do jornal *O Comércio do Porto*.

Tabela 2. Distribuição das “campanhas de auxílio aos deslocados de Angola” no jornal *O Comércio do Porto*, 1975:



Fonte: *O Comércio do Porto*, 1975.

São poucas as notícias que aparecem na primeira página do jornal. As que surgem destacam o regresso maciço de retornados, a chegada dos primeiros, a ponte aérea, as manifestações feitas pelos retornados e as campanhas de auxílio.

1. Contexto histórico

A revolução de 25 de abril de 1974 foi suscitada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), com a finalidade de estabelecer um regime político democrático pondo fim às instituições do Estado Novo e à guerra colonial (iniciada em 1961)⁶. Marcelo Caetano, que tinha assumido o cargo de presidente do Conselho de Ministros em setembro de 1968 como sucessor de Oliveira Salazar, é exilado para o Brasil⁷. Este movimento revolucionário destaca-se pela característica particular, como afirma António Reis, de ser “um movimento estritamente militar” que atuou de forma autónoma em relação às forças políticas e partidárias existentes⁸. Foram responsáveis pela preparação do Programa do Movimento das Forças Armadas, em que apresentavam as principais linhas orientadoras de ação, tais como a criação de um governo provisório e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que seria eleita através do sufrágio universal direto e secreto; o respeito pelas liberdades fundamentais; a extinção

⁶ REIS, António – A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização. In REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Vol. 6. Lisboa: Edições Alfa, 1990, p. 13.

⁷ FERREIRA, José Medeiros (coord.) – A descolonização: seu processo e consequências. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 8. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-42-0972-5, p. 18-19.

⁸ REIS, António – A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização, p. 15.

da polícia política e abolição da censura; e a criação de uma nova política económica e social⁹.

A questão sobre o destino das colónias encontrava-se no centro dos problemas nacionais a resolver e na origem da revolta das Forças Armadas. Em relação à descolonização, surge divergências entre o general Spínola e os principais oficiais do MFA. O general Spínola acabaria por excluir a versão original do programa do movimento relativamente ao direito de que determinação das colónias. Estava definido o “claro reconhecimento do direito à autodeterminação e adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos”, passando a estar o “lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduz à paz”¹⁰.

De todas as colónias, o processo de descolonização mais rápido foi o da Guiné-Bissau, já que o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) tinha declarado a independência em 24 de setembro de 1973. O Estado português reconhece a República da Guiné-Bissau a 10 de setembro de 1974 e a, afirmação do direito à independência de Cabo Verde (a 5 de julho de 1975) com assinatura do acordo em Argel, a 26 de agosto de 1974¹¹. No caso das ilhas de São Tomé e Príncipe, segundo António Costa Pinto, foi “uma das claras independências” que foram uma consequência da transição democrática em Portugal e do surto global de descolonização e, assim, proclamou a independência a 12 de julho de 1975¹². Em Moçambique, começaram as negociações na cidade de Lusaca, sendo proclamada, a independência a 25 de junho de 1975, dia do aniversário da fundação da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique)¹³. Em Angola, o processo de descolonização foi o mais complexo, teve mais consequências internas e internacionais, o que criou maiores preocupações para Portugal¹⁴. Foi o Acordo de Alvor, com e os três movimentos nacionais angolanos, FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), que marcou a data de independência para 11 de novembro de 1975¹⁵. E, ainda, Timor-Leste, que declarou a sua independência a 28 de novembro de 1975¹⁶. Contudo,

⁹ *Ibidem*, p. 15-16.

¹⁰ FERREIRA, José Medeiros (coord.) – A descolonização: seu processo e consequências, p. 54-55.

¹¹ PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português*, p. 67-69.

¹² *Ibidem*, p. 71.

¹³ FERREIRA, José Medeiros (coord.) – A descolonização: seu processo e consequências, p. 66-67.

¹⁴ *Ibidem*, p. 69.

¹⁵ *Ibidem*, p. 74.

¹⁶ *Ibidem*, p. 82.

não houve propriamente uma transferência de soberania, dado que sofreu invasão das tropas indonésias no mês seguinte¹⁷.

Ao mesmo tempo que ocorria a descolonização na “África Portuguesa”, a nível internacional acontecia a Guerra Fria destacando-se a fase final da guerra do Vietname¹⁸. As colónias foram um dos palcos da Guerra Fria contando com a intervenção dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sobretudo no apoio aos movimentos de libertação, como foi o caso de Angola¹⁹.

2. O perfil dos retornados

O termo “retornado” ficou associado aos portugueses que regressaram das ex-colónias portuguesas durante os anos de 1974 a 1977²⁰, em que o período de maior retorno se registou entre maio de 1974 e novembro de 1975²¹. Como afirma Rui Pena Pires, foi um processo complexo e o “maior movimento populacional da história recente de Portugal”²².

No uso do próprio termo “retornado” não há consenso e há uma carga de estereótipos²³. Segundo Maria Paula Meneses e Catarina Gomes, houve uma má receção aos retornados pois eram vistos como “colonialistas” que, ao regressarem a Portugal estavam a “competir pelos escassos empregos disponíveis”²⁴. Como já referi, são utilizados outros termos para os designar como “deslocados do Ultramar”, “desalojados” e “espoliados”²⁵.

Segundo Rui Pena Pires, regressou cerca de meio milhão de retornados (505 078), sendo que 61% dos retornados provieram de Angola, 33% de Moçambique e 6%

¹⁷ *Ibidem*, p. 80.

¹⁸ GILBERT, Martin – *História do século XX*. Vol. 6. Alfragide: Dom Quixote, 2009, p. 50-51.

¹⁹ GILBERT, Martin – *História do século XX*, p. 53.

²⁰ O processo dos retornados acabaria em Maio de 1977: “o Governo considerou que a fase predominante assistencial, de atendimento e apoio em regime de emergência dos cidadãos vindos das ex-colónias, está de facto concluída [Decreto-Lei n.º 209/77, de 26 de Maio, preâmbulo]”. Cit. por PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora, 2003. ISBN 972-774-185-1, p. 232.

²¹ MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – “Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa”, p. 96.

²² PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 132.

²³ MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – “Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa”, p. 97.

²⁴ MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – “Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa”, p. 104.

²⁵ *Ibidem*, p. 99.

das outras ex-colónias²⁶. Estes valores correspondiam a cerca de 5% da população portuguesa²⁷.

Perto de 60% dos retornados nasceram em Portugal, principalmente nas zonas norte (32%) e centro (36%) do país, sobretudo dos distritos de Lisboa, Porto, Viseu, Bragança, Guarda e Vila Real²⁸. Segundo Rui Pena Pires, o alto número de portugueses naturais das cidades de Lisboa e de Porto que foram para as ex-colónias portuguesas, deve-se ao facto de, sobretudo a partir da década de 60, se terem tornado polos de atração com o crescimento indêntico dos aparelhos administrativos e de outras áreas, como saúde, educação, serviços de apoio às atividades económicas e investigação científica²⁹.

Em relação à estrutura por sexo e idade, a população retornada caracteriza-se por um ligeiro predomínio de população masculina (cerca de 52,7% de homens) e por ser uma população jovem (cerca de 65,5% dos retornados tem menos de 40 anos), o que contrasta com a população portuguesa. Detinham altas qualificações na formação escolar, com cursos superiores, predominando as áreas de tecnologia/engenharia e ciências agropecuárias³⁰. Consequentemente, possibilitou uma rápida integração e reinserção profissional e o reforço dos efetivos mais qualificados da população portuguesa³¹.

3. As representações dos retornados no jornal *O Comércio do Porto*

3.1. Regresso dos retornados

Na análise da fonte deparamos com notícias que retratam a previsão da chegada a Portugal de portugueses vindos das colónias. Regressam devido ao clima de insegurança e de violência que se sentia nas ex-colónias, “falta de confiança no futuro”³² e falta de condições, como escassez de bens essenciais³³ e, também, devido às

²⁶ PIRES, Rui Pena – *Os retornados: um estudo sociográfico*, p. 38.

²⁷ PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 189.

²⁸ PIRES, Rui Pena – *Os retornados: um estudo sociográfico*, p. 39.

²⁹ *Ibidem*, p. 41.

³⁰ *Ibidem*, p. 112-113.

³¹ *Ibidem*, p. 114.

³² “Teme-se o regresso maciço dos europeus à metrópole”. *O Comércio do Porto*, nº 309, 11.05.1975, p. 6.

³³ “A situação dos desalojados é preocupante bem como a falta de géneros alimentícios”. *O Comércio do Porto*, nº 45, 18.07.1975, p. 7.

dificuldades no alojamento e transporte devido à situação política³⁴.

Nos testemunhos que recolhi, os entrevistados afirmaram que regressaram devido à insegurança que se sentia em Angola:

[...] em 74 já tinha dado 25 de Abril [...]. Depois começou tudo a fugir, uns puderam trazer coisas trouxeram, os que não puderam trazer deixaram lá ficar [...]³⁵.

Sabes o que é estar dentro de uma casa e ter que andar de gatas dentro de casa e as balas passarem e baterem lá na parede [...]. E fugimos de Angola o mais rapidamente possível com o pouco que tínhamos e conseguimos trazer³⁶.

As Forças Armadas Portuguesas prestaram apoio humanitário às populações afetadas pelos incidentes, efetuaram escoltas e “colunas” para reabastecer estas áreas³⁷.

Encontramos ainda um apelo emitido pelas forças do MPLA. Lopo do Nascimento aos funcionários portugueses para não regressarem a Portugal e não se inscreverem no Quadro Geral de Adidos. Querem que permaneçam no território e até que se integrem “nos quadros do funcionalismo nacional” e se “aliarem às massas trabalhadoras angolanas”³⁸.

Devido à instabilidade, muitos portugueses viajam para os países vizinhos para posteriormente regressarem, por via aérea ou marítima, a Portugal. Um numeroso grupo, proveniente de Angola, decide atravessar a África Ocidental em automóveis e camiões³⁹. Outros dirigem-se para o Sudoeste Africano, como por exemplo, para cidade de Namíbia⁴⁰, chegam “munidos de armas”⁴¹ e “com os seus pertences, empilhados em automóveis e camiões”⁴². E, também, deslocaram-se para o Sudoeste Africano formando longas filas⁴³ e recebiam a escolta do exército devido ao clima de insegurança⁴⁴. E, ainda, regressaram a Portugal utilizando outros meios como navios⁴⁵

³⁴ “Há mais de cem mil pessoas para evacuar gratuitamente”. *O Comércio do Porto*, nº 81, 24.08.1975, p. 7.

³⁵ Entrevista a Maria de Lurdes Duarte, 21.03.2018.

³⁶ Entrevista a César Augusto Moreira Oliveira Freire, 23.03.2018.

³⁷ “Desalojados brancos pretendem regresso urgente a Portugal”. *O Comércio do Porto*, nº 10, 13.06.1975, p. 8.

³⁸ “Apelo aos funcionários portugueses para não abandonarem Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 82, 24.08.1975, p. 7.

³⁹ “Tencionam regressar a Portugal três mil portugueses residentes em Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 18, 21.06.1975, p. 10.

⁴⁰ “Dez mil refugiados esperados na Namíbia”. *O Comércio do Porto*, nº 68, 10.08.1975, p. 7.

⁴¹ “Milhares de refugiados para Namíbia”. *O Comércio do Porto*, nº 63, 05.08.1975, p. 7.

⁴² “Refugiados angolanos em Namíbia”. *O Comércio do Porto*, nº 64, 06.08.1975, p. 7.

⁴³ “Comboio de refugiados em Sá da Bandeira”. *O Comércio do Porto*, nº 74, 16.08.1975, p. 9.

⁴⁴ “Mais nove mil refugiados chegaram ao Sudoeste Africano”. *O Comércio do Porto*, nº 78, 20.08.1975, p. 9.

ou traineiras⁴⁶. Esta viagem era aventureira e perigosa tendo chegado ao Funchal ou ao Brasil, ou ainda naufragado sem registar vítimas⁴⁷. Para além dos portugueses, os estrangeiros (britânicos⁴⁸, franceses, belgas, italianos, alemães, suíços e australianos⁴⁹, bem como americanos e canadianos⁵⁰) são aconselhados a sair das ex-colónias devido ao clima de insegurança.

O meio de transporte mais utilizado para o regresso dos retornados foi o avião, realizando uma ponte aérea entre as ex-colónias e Portugal. Foram utilizados os aviões portugueses da TAP, principalmente Boeing 747, mais conhecido por «Jumbo».

No caso de Angola, segundo *O Comércio do Porto*, “a mais importante ponte aérea jamais organizada na África Austral e destinada ao transporte de refugiados” estaria pronta até à data de independência, prevista para 11 de novembro⁵¹. O primeiro Jumbo chegaria a Lisboa no mês de maio, descrevendo a notícia que a maioria dos retornados era constituído por mulheres e crianças e que “foram obrigadas a abandonar as suas casas e seus haveres, pois viviam na periferia da cidade, onde a violência se faz sentir com maior fúria, trazem apenas as roupas que vestem, e um pequeno saco ou mala, contendo algumas coisas que lhes foi permitido retirar dos seus lares saqueados”⁵².

Para além da ponte aérea entre Angola (das cidades de Luanda e Nova Lisboa) e Lisboa, a partir do dia 16 de setembro surge uma ligação para o Porto. Deve-se ao facto do aeroporto de Lisboa “já não suportar este movimento” e “da grande percentagem dos retornados [serem] nortenhos”⁵³. Durante a ponte aérea deram prioridade às zonas interiores para terminar a operação. Como por exemplo, a prioridade na evacuação total dos desalojados e adidos da zona de Nova Lisboa, durante uns dias, regressando posteriormente à ligação entre Luanda e Lisboa⁵⁴. A 31 de outubro, o governo daria por terminada a ponte aérea entre Luanda e Lisboa, tendo regressado cerca de 300 mil

⁴⁵ “Navio sul-africano no transporte de refugiados”. *O Comércio do Porto*, nº 89, 31.08.1975, p. 8 e “Chegam hoje mais 969 pessoas”. *O Comércio do Porto*, nº 163, 14.11.1975, p. 9.

⁴⁶ “Traineira com retornados de Angola rumo a Portugal”. *O Comércio do Porto*, nº 137, 19.10.1975, p.6.

⁴⁷ “A inesquecível aventura dos retornados de Angola que regressaram em traineiras”. *O Comércio do Porto*, nº 190, 12.12.1975, p. 10.

⁴⁸ “Cidadãos britânicos evacuados de Luanda”. *O Comércio do Porto*, nº 55, 28.07.1975, p. 8.

⁴⁹ “Os europeus deixam Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 56, 29.07.1975, p. 8.

⁵⁰ “Estrangeiros em fuga”. *O Comércio do Porto*, nº 136, 18.10.1975, p. 8.

⁵¹ “A evacuação da população branca estará terminada no dia da independência”. *O Comércio do Porto*, nº 72, 14.08.1975, p. 9.

⁵² “A Nova “Emigração”: 400 foragidos de Luanda chegaram a Lisboa”. *O Comércio do Porto*, nº 312, 14.05.1975, p. 9.

⁵³ “A partir de amanhã: ponte aérea Angola-Porto”. *O Comércio do Porto*, nº 104, 15.09.1975, p. 2.

⁵⁴ “O alto-comissário e os adidos e desalojados a evacuar”. *O Comércio do Porto*, nº 113, 24.09.1975, p. 6.

portugueses⁵⁵. Com aumento dos conflitos e da instabilidade à data próxima da independência, dá-se o crescente número de pessoas nos aeroportos e as horas de espera⁵⁶. Segundo a fonte, com o fim da ponte aérea entre Angola e Portugal, ficaram cerca 30 a 40 mil portugueses em Angola, e a sua ligação com o exterior passaria a ser realizada com voos regulares⁵⁷.

Paralelamente a esta situação, ocorreu outra “ponte aérea” de bens alimentares e ajudas internacionais para as colónias, como por exemplo, para “socorrer milhares de pessoas afetadas pelos acontecimentos em Angola”⁵⁸.

No caso de Timor também ocorreu uma “ponte aérea” da Austrália para Portugal. Um “Jumbo” da companhia australiana ajudou no transporte de retornados portugueses oriundos de Timor, que se deslocaram através de um cargueiro para Darwin, na Austrália, para posteriormente, chegarem a Portugal. Os retornados afirmavam que deixaram Timor devido à insegurança, “quando começaram as lutas entre a União Democrática de Timor e a Frente Revolucionária para Timor Oriental Independente (FRETILIN)”. Cerca de uma dezena de portugueses acabaria por ficar em Darwin⁵⁹.

A ponte aérea contou com a ajuda internacional de vários países, como Inglaterra, Estados Unidos da América, França, Suíça, República Federal da Alemanha, República Democrática da Alemanha e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Segundo o Presidente da República, até ao dia 4 de outubro de 1975, teriam sido transportados cerca de 27.603 passageiros através da ponte aérea entre Angola e Portugal com ajuda internacional de vários países, de forma gratuita, como podemos observar na tabela seguinte⁶⁰:

Tabela 3 - Distribuição de passageiros pela ajuda internacional na ponte aérea entre Angola e Portugal durante o ano de 1975:

Países	Voos	Número de passageiros
Estados Unidos da América	54	14.653
República Federal da Alemanha	14	3.214

⁵⁵ “Terminou a ponte aérea entre Luanda e Lisboa: evacuados cerca de 300 mil portugueses”. *O Comércio do Porto*, nº 150, 01.11.1975, p. 11.

⁵⁶ “Portugueses abandonam Carmona”. *O Comércio do Porto*, nº 86, 28.08.1975, p. 7.

⁵⁷ “30 a 40 mil brancos ficarão em Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 154, 05.11.1975, p. 8.

⁵⁸ “Dezasseis aviões da TAP levam alimentos para Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 81, 23.08.1975, p. 7.

⁵⁹ “232 refugiados a caminho de Portugal”. *O Comércio do Porto*, nº 74, 16.08.1975, p. 6.

⁶⁰ “Cerca de 28 mil passageiros transportados já pela ponte aérea Angola e Portugal”. *O Comércio do Porto*, nº 127, 09.10.1975, p. 7.

França	16	3.123
Inglaterra	21	3.014
República Democrática Alemã	16	2.417
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	8	1.182

Fonte: “Cerca de 28 mil passageiros transportados já pela ponte aérea Angola e Portugal”. *O Comércio do Porto*, nº 127, 09.10.1975, p. 7.

Com base em dados do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), o jornal apresenta-nos alguns valores a cerca da “maior ponte aérea”. Até 30 de Setembro já tinham sido requeridas cerca de 20.300 passagens. De 1 a 9 de outubro, tinham sido solicitadas cerca de 6.700 passagens. De África do Sul chegaram cerca 932 pessoas de avião e de barco cerca de 1.431. De 13 de maio a 9 de agosto, chegaram a Lisboa cerca de 15.031 retornados em voos especiais⁶¹.

Portugal não foi o único destino de escolha para os retornados. Muitos retornados emigraram para outros países, tais como África do Sul, Brasil, Índia, Venezuela, Estados Unidos da América, etc. Ao Brasil desde o 25 de abril de 1974, terão chegado cerca 60.000 portugueses vindos de Angola⁶².

Relativamente ao exército português, progressivamente, em Angola, começou a retirar do interior para o exterior, para reunir em Luanda e Nova Lisboa, sendo as duas cidades mais importantes. Acaba por arrastar os outros portugueses, visto não se sentirem seguros longe do exército⁶³. As tropas portuguesas não deveriam permanecer no território angolano depois do dia 11 de novembro, data da independência, com exceção daqueles que quisessem ingressar nas forças armadas angolanas (exército, marinha e força aérea)⁶⁴.

Na fonte encontramos ainda informações relativamente às bagagens, para que os retornados pudessem recolher as bagagens ou as entregarem nas estações de comboio⁶⁵. No Porto, encontramos avisos para que os retornados se dirigissem ao Porto de Leixões, em Leça da Palmeira, para buscarem as suas bagagens⁶⁶. Por vezes, surgem esclarecimentos para tratar dos automóveis e bagagens dos retornados de Angola que se

⁶¹ “A ponte aérea em números”. *O Comércio do Porto*, nº 130, 12.10.1975, p. 6.

⁶² “Refugiados chegados ao Brasil”. *O Comércio do Porto*, nº 122, 03.10.1975, p. 8.

⁶³ *O Comércio do Porto*, 11.08.1975, p. 10.

⁶⁴ “Regresso das tropas portuguesas até ao dia 11 de Novembro”. *O Comércio do Porto*, nº 108, 19.09.1975, p. 8.

⁶⁵ *O Comércio do Porto*, 17.07.1975, p. 10.

⁶⁶ *O Comércio do Porto*, 14.09.1975, p. 3.

deslocaram para o Sudoeste Africano e tiveram que deixar lá os seus bens⁶⁷. Ou o IARN a fornecer listas com nomes de retornados para contactarem os seus familiares ou pedirem informações, sobre documentos e viaturas encontradas⁶⁸.

3.2. Reintegração dos retornados

É necessário salientar que Portugal se encontrava numa situação precária a nível político e económico. Além disso, com o regresso da grande massa de retornados, estes vão lidar com vários problemas como a falta de habitação, de emprego, com problemas de saúde, de ensino, etc. Contudo, apesar das condições não serem favoráveis, Portugal foi capaz de integrar a grande maioria dos retornados num período rápido.

Os portugueses que regressavam procuraram ficar nas regiões onde viviam as suas famílias, nas zonas mais urbanas e nas zonas onde poderiam encontrar mais facilmente emprego. Acabam por estar condicionados, uma vez que se vão fixar consoante os enquadramentos das solidariedades familiares e comunitárias e a capacidade de absorção do mercado de trabalho⁶⁹. Como afirmam os testemunhos das pessoas que entrevistei, que foram para casas de familiares após o seu regresso a Portugal:

Quando chegámos cá, tínhamos um autocarro para nos trazer ao comboio a Santa Apolónia e, depois, apanhamos o comboio para Campanhã. [...] instalei-me na casa da minha mãe⁷⁰.

Fui para casa dos meus avós, da parte do meu pai [...] ainda ficámos lá por volta de um ano. Entretanto, os meus pais alugaram uma casa na Maia. Os meus avós eram de Rio Tinto⁷¹.

As condições dos retornados à chegada no aeroporto eram desastrosas, destacam o papel fundamental dos voluntários:

E convidem-se mesmo voluntários para esta humanitária tarefa. Não se pode perder mais tempo. É preciso mesmo deitar já mãos ao trabalho, porque o que se passa no aeroporto é grave. Essas crianças, essas mulheres, algumas vestidas com míseros trapos, espalhadas pelo chão da Alfândega, como ontem de manhã, no meio da porcaria, algumas, os mais velhos, chorando a sua sorte e os mais jovens gritando com falta de alimento, é um espetáculo chocante, por constrangedor e desumano⁷².

⁶⁷ *O Comércio do Porto*, 27.09.1975, p. 5.

⁶⁸ *O Comércio do Porto*, 18.10.1975, p. 8 e 21.10.1975 p. 6; 22.10.1975, p. 7 e 14.11.1975, p. 9.

⁶⁹ PIRES, Rui Pena – *Os retornados: um estudo sociográfico*, p. 45.

⁷⁰ Entrevista a Maria de Lurdes Duarte, 21.03.2018.

⁷¹ Entrevista a César Augusto Moreira Oliveira Freire, 23.03.2018.

⁷² “No espaço de um dia: ponte aérea trouxe 2000 deslocados”. *O Comércio do Porto*, nº 100, 11.09.1975, p. 8.

No caso da ponte aérea entre Luanda e Porto, com a chegada dos retornados ao aeroporto de Pedras Rubras, receberam auxílio do IARN, da Cruz Vermelha e da Comissão de Retornados. Foram depois transportados em carrinhas da PSP, para permitir um acolhimento capaz a todos os retornados, foi montada uma aerogare fora do aeroporto que ficaria a funcionar na fábrica de Conservas Serrano, em Matosinhos. Os retornados que tinham familiares na periferia da cidade foram levados aos respetivos locais. E ainda os que iam para a “província”, ou seja, para o interior, o IARN garantia o transporte para a estação de Campanhã⁷³.

Foram criadas instituições para o apoio aos retornados. Um deles foi o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), criado a 31 de março de 1975 com o Decreto-lei 169/75, que ficaria colocado sob jurisdição da Presidência do Conselho de Ministros⁷⁴. Tendo como o presidente o major Cardoso do Amaral, começaria a funcionar a 31 de maio, em operações de voo de retorno de Moçambique e, logo de seguida, na ponte aérea com Angola⁷⁵. Em outubro de 1975, foi criada a Secretaria de Estado dos Retornados que passou a tutelar o IARN⁷⁶. Segundo Rui Pena Pires, o IARN assumiu um papel fundamental no apoio dos retornados, visto que reduziu as tensões à chegada a Portugal e minimizou os processos de “desidentificação” na nova sociedade. O IARN trataria do “fretamento de aviões para o transporte gratuito dos retornados, das famílias e bagagens; receção e encaminhamento no aeroporto; concessão de viagens gratuitas para as localidades onde vão fixar residência; alojamento gratuito no campo de férias da Caparica, na Quinta da Uraca e em pensões (devido à falta de habitação ou familiares); concessão de subsídios de viagem, residência, instalação, alimentação, vestuário, etc., para os mais carenciados; apoio médico, medicamentoso e hospitalar; auxílio imediato aos deslocados que pretendem emigrar para outros países”⁷⁷. O IARN formou ainda contratos com hotéis e pensões no Porto e em Lisboa para ter descontos nas estadias⁷⁸. O IARN tentou, acima de tudo, como afirmava Cardoso Lopes, não criar uma sociedade de retornados dentro da sociedade portuguesa⁷⁹.

⁷³ “Chegou a primeira vaga aérea de retornados em Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 106, 17.09.1975, p. 6.

⁷⁴ “Desalojados das ex-colónias e os seus problemas”. *O Comércio do Porto*, nº 60, 02.08.1975, p. 7.

⁷⁵ “O IARN presta contas: um milhão e oitocentos mil contos já despendidos com os retornados”. *O Comércio do Porto*, nº 131, 13.10.1975, p. 9.

⁷⁶ PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 233.

⁷⁷ “Desalojados das ex-colónias e os seus problemas”. *O Comércio do Porto*, nº 60, 02.08.1975, p. 7.

⁷⁸ “A ponte aérea em números”. *O Comércio do Porto*, nº 130, 12.10.1975, p. 6.

⁷⁹ “A partir de amanhã: ponte aérea Angola-Porto”. *O Comércio do Porto*, nº 104, 15.09.1975, p. 2.

Forma-se o Quadro Geral de Adidos, uma comissão encarregue de organizar a transferência dos funcionários públicos, que permitiu uma rápida inserção no mercado de trabalho. Muitas das vezes, era tida em consideração a preferência nos sectores e nas condições semelhantes aos da sua vida anterior nas ex-colónias, como afirma Rui Pena Pires, “O ingresso no Quadro Geral de Adidos dos funcionários públicos das ex-colónias constituiu outro dos processos fundamentais de integração dos retornados, dado que o Estado tinha sido, dados os objetivos da política colonial de povoamento, um dos principais empregadores da população branca das colónias”⁸⁰. Foram integrados cerca de 45.601 funcionários públicos retornados, sendo 59% de Angola, 39% de Moçambique e 2% das restantes ex-colónias⁸¹. Para os funcionários das ex-colónias ingressarem no Quadro Geral de Adidos tinham que manter a nacionalidade portuguesa e que requerer o seu ingresso 60 dias antes da data marcada para a independência do território em que se encontrassem colocados. Os que quisessem continuar nas ex-colónias e que mantivessem a nacionalidade podiam, a qualquer momento regressar a Portugal. Já os que abandonassem os seus postos nos territórios independentes, apenas obtinham metade dos respetivos vencimento-bases, enquanto não fossem colocados noutra território independente ou na metrópole. E, por fim, para os que recusassem a prestação de qualquer serviço correspondia ao abandono do lugar⁸².

Para além destas organizações criadas pelo Estado, surgiram outras para reintegrar os retornados, como, por exemplo, a Comissão de Deslocados do Ultramar e a Comissão de Refugiados de Angola⁸³. No Porto, criou-se a 22 de maio de 1975 uma comissão de auxílio aos deslocados das ex-colónias portuguesas, sobretudo para os provenientes de Angola⁸⁴. Em Guimarães, no edifício do Grémio do Comércio, criou-se uma comissão de apoio a todos os deslocados, com o objetivo de angariar fundos⁸⁵. Em Aveiro, foi criada uma Comissão de Apoio aos Retornados de Angola, também com a função de socorrer os retornados, nomeadamente com alojamento e trabalho⁸⁶. Destaque

⁸⁰ PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 237.

⁸¹ *Ibidem*, p. 239-240.

⁸² “Um quadro geral de adidos para reintegrar os funcionários das ex-colónias portuguesas”. *O Comércio do Porto*, nº 205, 25.01.1975, p. 9.

⁸³ FERREIRA, José Medeiros (coord.) – *A descolonização: seu processo e consequências*, p. 89.

⁸⁴ “Deslocados das ex-colónias: problema humano a resolver”. *O Comércio do Porto*, nº 16, 19.06.1975, p. 2.

⁸⁵ “Auxílio aos deslocados de Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 78, 20.08.1975, p. 5.

⁸⁶ “Comissão de Apoio aos Refugiados de Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 86, 28.08.1975, p. 5.

ainda para o papel da Cruz Vermelha Portuguesa na ajuda à reintegração dos retornados, segundo o presidente do IARN, “ao ponto de tapar várias lacunas do IARN”⁸⁷.

O governo português interveio em relação à nacionalidade dos retornados com receio de uma eventual forte imigração africana. Segundo o Decreto-Lei n.º 308-A/75 apenas aceitou que se mantivesse a nacionalidade portuguesa aos retornados das ex-colónias nascidos em Portugal ou com antepassados até ao terceiro grau naturais de Portugal⁸⁸.

Não foi rápida a resposta em relação à transferência dos bens das ex-colónias para Portugal, como demonstram Maria Paula Meneses e Catarina Gomes:

[...] não pudessem trazer livremente os seus haveres; dinheiro, carros ou quaisquer outros bens materiais. Prédios, terrenos urbanos ou rústicos, fazendas fábricas, estabelecimentos, imóveis de qualquer índole, estavam sentenciados a ficar. A maior parte dos bens pertencentes aos cidadãos portugueses foi pura e simplesmente abandonada pelo facto de seus donos não terem outra opção⁸⁹.

Muitos retornados ocuparam o bairro na Baixa da Banheira, no distrito de Setúbal, que não tinha condições. Não tinha água canalizada, nem eletricidade, nem esgotos. Contudo, recebiam apoios na alimentação, posto de socorro, medicamentos dos fuzileiros, dos trabalhadores e moradores desse mesmo bairro e do Vale do Zebro juntamente com apoio das várias comissões e da Câmara da Moita⁹⁰.

Além disso, surgiu uma solidariedade para com os retornados, que se caracterizou de variadíssimas formas. Maioritariamente, observamos no *O Comércio do Porto* as numerosas doações de diversas quantias de dinheiro por parte de várias pessoas, empresas, etc., para prestar auxílio aos retornados. Estas campanhas aparecem desde final de agosto até novembro, sobretudo nos meses de setembro e outubro. Encontramos campanhas a solicitar produtos de vestuário e de higiene para os retornados, como, por exemplo, campanhas a pedir cobertores para entregar aos retornados⁹¹. Ou, ainda, a Cruz Vermelha Portuguesa a solicitar que as pessoas enviem

⁸⁷ “Um milhão e oitocentos mil contos já dispendidos com os retornados”. *O Comércio do Porto*, nº 131, 13.10.1975, p. 9.

⁸⁸ PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 227.

⁸⁹ MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – “Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa”, p. 104.

⁹⁰ “3.500 retornados de Angola ocuparam um bairro na baixa da banheira”. *O Comércio do Porto*, nº 98, 09.09.1975, p. 7.

⁹¹ *O Comércio do Porto*, 17.09.1975, p. 6.

peças de vestuário e cobertores. Afirmam ainda que diariamente distribuem cerca 1.300 peças de roupa de agasalho, esgotando assim todos os *stocks* existentes⁹².

No caso da minha avó, para além do meu avô se ter inscrito no Quadro Geral de Adidos por ser funcionário público, obteve algumas ajudas de vestuário e de bens alimentares. Contrariamente ao meu entrevistado e à sua família que não tiveram quaisquer apoios:

Íamos a Moimenta buscar farinha [...] fui umas três vezes, deram-me numa vez dois cobertores, doutra deram outros dois e deram também farinha⁹³.

Os meus pais chegaram a Portugal e começaram tudo do zero praticamente. Os meus avós ajudaram naquele período que lá tivemos. Mas daí para a frente foi começar do zero. Não tivemos apoios de ninguém⁹⁴.

Surgem também outros apelos auxílio aos retornados, como o que é feito pelo IARN, que se dirige aos portugueses de todo o país para concederem gratuitamente alojamento aos retornados⁹⁵. O Cardeal-Patriarca D. António Ribeiro faz um apelo para acolher e integrar os retornados na sociedade portuguesa⁹⁶.

Na Fundação Calouste Gulbenkian criou-se um fundo de auxílio com o valor de 50.000 contos⁹⁷. Também se iria realizar uma exposição de gravuras na Fundação, em que os fundos obtidos com a venda das gravuras se destinavam aos retornados de Angola⁹⁸. E, ainda, um espetáculo realizado no teatro Sá da Bandeira também os fundos obtidos nas bilheteiras seriam entregues aos retornados⁹⁹.

Por fim, encontramos diversas notícias sobre a ajuda internacional, como a disposição dos Estados Unidos da América na contribuição de um auxílio financeiro para os refugiados angolanos¹⁰⁰. Conta-se com o apoio da Cruz Vermelha da Alemanha Federal com o envio de artigos de higiene e de vestuário¹⁰¹. Da mesma maneira, a oferta

⁹² “A CVP carece de roupas para os retornados de Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 122, 03.10.1975, p. 8.

⁹³ Entrevista a Maria de Lurdes Duarte, 21.03.2018.

⁹⁴ Entrevista a César Augusto Moreira Oliveira Freire, 23.03.2018.

⁹⁵ “Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais: Campanha com vista a obter alojamento para os cidadãos das ex-colónias”. *O Comércio do Porto*, nº 73, 15.08.1975, p. 6.

⁹⁶ “Apelo pastoral em favor dos retornados de África”. *O Comércio do Porto*, nº 72, 14.08.1975, p. 6.

⁹⁷ “Fundação Calouste Gulbenkian: fundo de auxílio de 50 mil contos”. *O Comércio do Porto*, nº 73, 15.08.1975, p. 6.

⁹⁸ “Exposição de gravuras a favor dos retornados de Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 124, 05.10.1975, p. 12.

⁹⁹ *Comércio do Porto*, 28.09.1975, p. 4.

¹⁰⁰ “Americanos dispostos a ajudar refugiados”. *O Comércio do Porto*, nº 43, 16.07.1975, p. 9.

¹⁰¹ “A Alemanha Federal presta auxílio aos refugiados de Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 136, 18.10.1975, p. 8.

de alimentos pela Cáritas dos Estados Unidos, da Comunidade Económica Europeia, da Dinamarca, da Noruega, Áustria, Luxemburgo, Alemanha Federal, etc.¹⁰².

Os portugueses que ainda se encontravam nas ex-colónias portuguesas e dos que já tinham a chegada a Portugal reivindicavam que este processo de evacuação fosse o mais rápido possível com a intensificação da ponte aérea¹⁰³. Desejavam, por motivos de segurança, que o transporte das pessoas e dos bens fossem feitos antes da independência de Angola¹⁰⁴.

Reagiam a ser designados por retornados, considerando-se de refugiados, o único termo que, segundo diziam, lhes assentava melhor, visto que tinham sido corridos a tiro¹⁰⁵. Ambos os meus entrevistados não compreendem o facto de serem designados por retornados:

Não aceito o termo. Eu fui por bem e lá é correram com a gente [...]. O que é que eu hei de ser? Sou Portuguesa [...]¹⁰⁶.

Não me importo que me chamem de “retornado”. No fundo, os meus pais estavam em Portugal e emigraram para um país para tentar uma melhor estabilidade de vida [...]. Acabamos por ser um pouco também refugiados, fugimos pela guerra [...]¹⁰⁷.

Solicitam sobretudo emprego, a integração dos retornados em empresas nacionalizadas, concessão de alvarás para fomentar a iniciativa privada e criação de escolas especiais para os seus filhos¹⁰⁸. Também os professores que estavam nas ex-colónias reclamavam o direito à colocação, mesmo que fosse necessário criar escolas para os filhos dos ultramarinos, e garantia de trabalho para os professores efetivos e provisórios, ou de vencimento, caso não ficasse garantido a colocação¹⁰⁹.

A 9 de agosto, muitos refugiados angolanos deslocaram-se ao Palácio de São Bento para reivindicar melhores condições de vida¹¹⁰, bem como solicitar ao Presidente

¹⁰² “Reunião no governo civil do Porto: Secretário de Estado dos retornados dialogou com as comissões distritais”. *O Comércio do Porto*, nº 151, 02.11.1975, p. 8.

¹⁰³ “Nova manifestação de Portugueses”. *O Comércio do Porto*, nº 76, 18.08.1975, p. 8.

¹⁰⁴ “Dez mil (para mais?) desalojados de Angola na zona do Porto: as dificuldades são muitas e os auxílios ainda pouco”. *O Comércio do Porto*, nº 89, 31.08.1975, p. 2.

¹⁰⁵ “Refugiados sim retornados não!”. *O Comércio do Porto*, nº 106, 17.09.1975, p. 5.

¹⁰⁶ Entrevista a Maria de Lurdes Duarte, 21.03.2018.

¹⁰⁷ Entrevista a César Augusto Moreira Oliveira Freire, 23.03.2018.

¹⁰⁸ “Os retornados de Angola reivindicam a sua integração em empresas nacionalizadas”. *O Comércio do Porto*, nº 78, 20.08.1975, p. 8.

¹⁰⁹ “Professores ultramarinos reclamam direito à colocação”. *O Comércio do Porto*, nº 142, 24.10.1975, p. 2.

¹¹⁰ “Refugiados angolanos reivindicam em S. Bento”. *O Comércio do Porto*, nº 67, 09.08.1975, p. 9.

da República que abrisse um inquérito para apurar as responsabilidades de todos os intervenientes da “descolonização vergonhosa” das ex-colónias¹¹¹.

Em Angola, a Frente de Organização dos Repatriados Portugueses pediu a organização de uma manifestação pública para “forçar” o Governo português a evacuar os milhares de portugueses. E, ainda, pediram a substituição de alguns elementos do IARN por refugiados uma vez que “que estão mais a par dos problemas vividos pelos interessados”¹¹².

Na cidade de Aveiro, realizou-se o 1º Plenário Nacional de Desalojados das ex-colónias, em que aprovavam as seguintes deliberações: criação de postos de trabalho; salvar os bens deixados nas ex-colónias; isenção de alguns impostos; cedências do Estado para construção de habitações para os órfãos das vítimas do Ultramar e de terrenos para a construção de habitações e remodelação temporária dos contratos de arrendamento em favor dos retornados¹¹³. Reivindicaram ainda a troca de escudos angolanos por escudos portugueses, permitindo assim que muitos retornados deixassem de viver à custa do Estado e, também, a saída de alguns elementos do IARN e da Cruz Vermelha Portuguesa por não servirem os interesses dos refugiados. Pediam que o governo não autorizasse o IARN a fazer transferência de retornados que estavam nos hotéis para as colónias da INATEL, devido à falta de condições mínimas de habitabilidade¹¹⁴.

Surgiram várias associações para organizar manifestações dos retornados, como Comissão dos Desalojados do Ultramar¹¹⁵ ou Movimento de Apoio aos Refugiados¹¹⁶. Posteriormente foram criadas, em 1986 e 1987, as associações como a Associação de Espoliados de Moçambique (Aemo) e a Associação de Espoliados de Angola (Aeang), com o objetivo de exigir indemnizações ao Estado¹¹⁷.

Em Lisboa, o Banco de Angola foi ocupado por centenas de retornados, que reivindicavam “a troca imediata da moeda de Angola e das outras províncias ultramarinas”, que todos os bens que fossem depositados em bancos do ultramar fossem

¹¹¹ “Desalojados reunidos em Viseu exigem posto de trabalho (imediato) ou recorrerão a posições de força”. *O Comércio do Porto*, nº 160, 11.11.1975, p. 8.

¹¹² “Manifestação pública dos repatriados portugueses”. *O Comércio do Porto*, nº 82, 24.08.1975, p. 7.

¹¹³ “I Plenário dos desalojados do: «Não a qualquer manifestação antes da Independência de Angola”. *O Comércio do Porto*, nº 152, 03.11.1975, p. 6.

¹¹⁴ “Retornados vítimas de torturas da PM”. *O Comércio do Porto*, nº 190, 12.12.1975, p. 10.

¹¹⁵ “Desalojados reunidos em Viseu exigem posto de trabalho (imediato) ou recorrerão a posições de força”. *O Comércio do Porto*, nº 160, 11.11.1975, p. 8.

¹¹⁶ “Retornados entregam caderno reivindicativo em S. Bento”. *O Comércio do Porto*, nº 194, 16.12.1975, p. 8.

¹¹⁷ PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, p. 198.

protegidos e sob a responsabilidade do governo português, Caso contrário, os retornados ameaçavam a intensificação da ocupação e até mesmo “à tomada do edifício”¹¹⁸. Devido à ocupação do banco, surgia a Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar (APRU) com o objetivo de defender os interesses dos refugiados, principalmente na transferência dos bens que possuíam. Afirmavam que desejavam ver o seu dinheiro transferido para Portugal para “serem criados postos de trabalho”¹¹⁹.

Os ex-militares encontravam-se no desemprego e, por isso, também reivindicavam subsídio de desemprego e assistência médica. Criticavam o facto das entidades oficiais darem mais atenção e prioridade nos postos de trabalho aos retornados do que aos ex-militares. Afirmavam ter sido alvo de injustiça “pois foram arrancados do País para cumprirem o serviço obrigatório nas antigas colónias” e que regressaram sem qualquer garantia de emprego¹²⁰.

Conclusão

A investigação permitiu verificar, através das representações no jornal *O Comércio do Porto*, a importância do fenómeno do retorno de nacionais das colónias portuguesas, sobretudo de África, em 1975, durante o processo de autonomização dessas colónias. A maioria da informação recolhida corrobora com a bibliografia. A maioria dos retornados era de Angola e, como prova disso, temos o grande número de notícias que falam apenas sobre os retornados desta colónia. Ou, ainda, da ajuda internacional na ponte aérea, o regresso de retornados para outros países e criação de apoios, que foram importantes para a reintegração dos retornados no país, como o IARN. Contudo, o contacto com a fonte permitiu saber mais informação sobre este processo. Como, por exemplo, em Angola e também em Timor, a “fuga” dos portugueses para outros países, para depois regressarem a Portugal. E mais informação detalhada sobre o IARN ou sobre como se processou o regresso dos retornados, sobretudo, no caso da cidade do Porto, no momento em que chegavam ao aeroporto, tratamento dos documentos e apoios médicos, o transporte dos retornados para as zonas onde moravam os seus familiares. Igualmente, a realização de várias campanhas de

¹¹⁸ “Banco de Angola em Lisboa ocupado por retornados”. *O Comércio do Porto*, nº91, 02.09.1975, p. 9.

¹¹⁹ “Criada a associação dos portugueses refugiados do ultramar”. *O Comércio do Porto*, nº 116, 27.09.1975, p. 8.

¹²⁰ “Ex-militares no desemprego debatem os seus problemas”. *O Comércio do Porto*, nº 102, 13.09.1975, p. 7.

solidariedade para apoiar os retornados, como, por exemplo, a criação de campanhas por parte do jornal. Ao consultarmos a bibliografia, percebemos que os retornados detinham qualificações superiores à média nacional que permitiram a sua rápida integração. Por outro lado, na fonte deparamos com várias reivindicações, através de manifestações organizadas pelos retornados. Reivindicavam melhores condições de vida, como novas oportunidades de emprego e com forte insistência, reclamavam às entidades e o governo medidas para o regresso dos portugueses que ainda se encontravam nas ex-colónias.

Relativamente aos testemunhos que recolhi, permitiram compreender melhor este drama humano em duas histórias diferentes. Por um lado, de uma criança que, aos poucos, se percebia do que sucedia em Angola e que regressava a Portugal logo após a revolução de 25 de abril de 1974. Por outro, de uma mulher casada com dois filhos que se viu obrigada a regressar a Portugal, nos finais do mês de agosto de 1975, uma vez que o seu marido pertencia ao corpo de polícia de Angola. Contudo, encontrei semelhanças como o facto de terem ido para Angola à procura de melhores condições de vida, de terem boas recordações do tempo que lá viveram e, obviamente, más devido aos conflitos vividos em Angola.

Poderia ter alargado o meu período de investigação, desde 1974 até 1977, e ter utilizado outras fontes, como outros jornais do Porto ou de Lisboa. Ou, ainda, procurar mais testemunhos de pessoas que regressaram das ex-colónias. Seria necessário aprofundar melhor o estudo da ponte aérea e os preparativos de viagens para Portugal, a reintegração dos retornados e algumas instituições de apoio, com a utilização de documentação disponível nos arquivos portugueses. Estudar também como se processou o regresso das forças armadas portuguesas que se encontravam nas ex-colónias e a sua reintegração. E, ainda, sobre os retornados que se encontravam nas outras ex-colónias, já que este trabalho deu um destaque maior ao regresso de retornados de Angola. E, sobre os que deslocaram para outros destinos, saber como decorreu a viagem, a sua integração. Se receberam algum tipo de ajuda do Estado onde se encontravam, do governo português ou de alguma instituição. Ou dos portugueses que regressaram a Portugal e, posteriormente, voltaram para as ex-colónias.

Fontes

Fonte hemerográfica

O Comércio do Porto. Porto, 1975.

Fontes orais

Entrevista realizada a César Augusto Moreira Oliveira Freire, 23 de março de 2018.

Entrevista realizada a Maria de Lurdes Duarte, 21 de março de 2018.

Bibliografia

FERREIRA, José Medeiros (coord.) – A descolonização: seu processo e consequências. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. 8. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-42-0972-5

GILBERT, Martin – *História do século XX*. Vol. 6. Alfragide: Dom Quixote, 2009.

MENESES, Maria Paula; GOMES, Catarina – "Regressos? Os retornados na descolonização portuguesa". In MENESES, Maria Paula; MARTINS, Bruno Sena (org.) – *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina / CES, 2013. ISBN 978-972-40-5196-3

PINTO, António Costa – *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN 972-24-1147-0

PIRES, Rui Pena – *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora, 2003. ISBN 972-774-185-1

PIRES, Rui Pena – *Os retornados: um estudo sociográfico*. Lisboa: IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1987.

REIS, António (dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Vol. 6. Lisboa: Edições Alfa, 1990.

Anexos

Guião para entrevista

1. Em que ano foi para Angola?
2. Que idade tinha?
3. Qual era a sua situação socioprofissional em Portugal, antes de partir para Angola?
4. Onde e com quem vivia em Portugal, antes de ir?
5. Que motivos o levaram a ir para Angola?

6. Com quem foi?
7. Em que cidade ou zona de Angola se fixou?
8. Tinha aí contactos que o ajudaram a instalar-se? De quem (amigos, familiares)?
9. Que atividade ou atividades passou a desenvolver em Angola?
10. Que memórias tem dos seus primeiros tempos em Angola?
11. Durante a sua permanência em Angola, que acontecimentos mais o marcaram?
12. Que recordações tem da Guerra Colonial?
13. Que recordações tem do 25 de abril em Angola? E do fim da Guerra Colonial?
14. Que impacto tiveram esses acontecimentos na sua vida?
15. O que o motivou a regressar a Portugal?
16. Lembra-se da data em que fez a viagem para Portugal?
17. Regressou sozinho ou acompanhado por quem?
18. Como decorreu essa viagem?
19. O que sentiu quando chegou a Portugal?
20. Onde se instalou?
21. Na sua viagem de regresso e na sua instalação em Portugal, teve algum apoio do Estado ou de organismos do Estado português (IARN, etc.)?
22. Sentiu o apoio dos seus familiares mais próximos?
23. Como reiniciou a sua atividade profissional ou ocupação?
24. Qual a sua opinião acerca do termo "retornado"? Aceita ser designado por "retornado"? Preferia que fosse utilizado outro termo para designar os cidadãos portugueses regressados das ex-colónias? Qual?

Entrevista realizada a César Augusto Moreira Oliveira Freire a 23 de março de 2018

Em que ano foi para Angola?

CF: Nasci em 1967 (17 de abril) foi para aí uma meia dúzia de meses quando fui para Angola [...] no máximo de 10 meses.

Que motivos o levaram a ir para Angola?

CF: Uma melhor situação económica. Os meus pais já tinham lá família em Angola, tinha lá um tio já vivia há muitos anos e tinham pessoas amigas também. O meu pai já estava lá e a minha mãe veio para cá ter-me e depois foi outra vez para Angola e ficamos lá até 1974.

Em que cidade ou zona de Angola se fixou?

CF: Cuca, ou seja, mesmo em Luanda. A localidade chamava-se Cuca, que é um nome de uma cerveja que existe em Angola. Ficamos mesmo no centro de Luanda, em tal zona na Cuca.

Que memórias tem dos seus primeiros tempos em Angola?

CF: Muitas boas memórias, memórias porreiras de infância. De criança a brincar na rua, tinha muitos amigos de pessoas já conhecidas [...] e que regressaram para Portugal após o 25 de Abril e com quem dou-me muito bem [...] crianças que brincávamos juntos [...]. Andávamos para aqui e para acolá, andávamos de bicicleta.

Durante a sua permanência em Angola, que acontecimentos mais o marcaram?

CF: Sim, momentos de lazer, de praias, de brincadeiras [...] tínhamos as vendedoras de peixe e de fruta que às vezes iam lá à porta e cheguei a andar às costas delas como os filhos delas. No fundo, na altura, tratávamos pretos e brancos era tudo quase como se fosse uma família. Esse tipo de momentos e de brincadeiras que às vezes recordo bastante.

Que recordações tem da Guerra Colonial?

CF: Tenho, vivi um pouco disso. Sabes o que é estar dentro de uma casa e ter que andar de gatas dentro de casa e as balas passarem e baterem lá na parede e um gajo ter que praticamente andar de rastos [...].

Que recordações tem do 25 de abril em Angola? E do fim da Guerra Colonial?

CF: Mais ou menos. Soube pelo que os meus pais diziam, o meu pai estava a trabalhar e teve que regressar para casa urgentemente e tivemos que arranjar as coisas para, mais tarde ou mais cedo, estarmos preparados para, que não demorou muito, foi uns dias depois, para regressar Portugal. Essas recordações são sempre um bocado triste. Mas pronto, é a vida [...].

O que o motivou a regressar a Portugal?

CF: Foi mesmo por obrigação, por causa da guerra. Pelo que ouço dos meus pais contar de pessoas amigas que ficaram lá morreram assassinadas pelos angolanos por inveja [...] desde assassínio e mutilações, o que levou aos meus pais terem preocupações por mim e pelo meu irmão e também por eles. E fugimos de Angola o mais rapidamente possível com o pouco que tínhamos e conseguimos trazer.

Lembra-se da data em que fez a viagem para Portugal?

CF: Sim, entre o dia 24 ou 25 de abril, não chegou ao final do mês [...]. Aquela coisa de ter que ter as coisas prontas e pegares e andares, ires para o aeroporto o mais rapidamente possível e embarcares e vir para Portugal.

Como decorreu essa viagem?

CF: A viagem para uma criança que tem 8 anos na altura, que foi quantos anos tinha, era uma viagem magnífica. Ainda por cima viajar, como na altura viajámos, no maior avião português, que era o Boeing 747 da TAP, aquilo era alucinante. A pessoa esquece tudo e mais alguma coisa, nem sabe sequer que há guerra lá em baixo [...] uma viagem que demorou muitas horas de avião, mas correu magnificamente.

O que sentiu quando chegou a Portugal?

CF: Tristeza enorme. Primeiro saí de lá era verão, um calor imenso. Cheguei aqui e estávamos no inverno, apesar de abril já estarmos na primavera, não tem nada a ver o tempo que era lá em Angola. Sais de uma situação em que andas de calções, de chinelinho e de t-shirt ou até sem t-shirt, só com o calção. E que chegas a um país quando sais do avião e comesas a bater o dente de frio. Totalmente diferente [...]. E depois é tudo estranho, chegas a um país onde olhas e não vês nada, não conheces nada, não tens noção, apesar de com 8 anos não ter muita noção da realidade, mas tens aquele impacto totalmente diferente de onde vens. Vens de um país em que andas totalmente à vontade e vens para onde é totalmente estranho para ti e desconhecido [...].

Onde se instalou?

CF: Fui para casa dos meus avós, da parte do meu pai [...] ainda ficámos lá por volta de um ano. Entretanto, os meus pais alugaram uma casa na Maia. Os meus avós eram de Rio Tinto.

Na sua viagem de regresso e na sua instalação em Portugal, teve algum apoio do Estado ou de organismos do Estado português (IARN, etc.)?

CF: Não, pelo que se ouvia falar e pelo que sei de muita gente, incluindo tenho pessoas de família que tiveram [...] mas nós não. Os meus pais chegaram a Portugal e começaram tudo do zero praticamente. Os meus avós ajudaram naquele período em que lá estivemos. Mas daí para a frente foi começar do zero. Não tivemos apoios de ninguém. E os meus pais recorreram a esses apoios, mas nunca tiveram a sorte ou felicidade de os ter. Mas sei de pessoas que tiveram incluindo uma tia minha, irmã de minha mãe, que teve apoio [...].

Qual a sua opinião acerca do termo "retornado"? Aceita ser designado por "retornado"? Preferia que fosse utilizado outro termo para designar os cidadãos portugueses regressados das ex-colónias? Qual?

CF: Não me importo que me chamem de “retornado”. No fundo, os meus pais estavam em Portugal e emigraram para um país para tentar uma melhor estabilidade de vida. É o mesmo que estar em Portugal e depois emigrar para a França ou Inglaterra [...] mas chega a uma altura e pensas “já tenho um pé de meia, vou regressar a Portugal”. Como é que se chamam essas pessoas? Emigrantes? Ou retornados? Essa questão deixo sempre no ar. No fundo, os meus pais foram para Angola, mas podiam ter ido para a França [...] regressaram a fim de x tempo. Estão-nos a chamar, porquê? Viemos por causa da guerra? É o motivo, senão ainda lá estaria [...]. Não me interessa que chamam de retornado [...]. No fundo, um retornado é um emigrante [...]. E refugiados? Acabamos por ser um pouco também refugiados, fugimos pela guerra [...]. As pessoas acabaram por encarar o retornado [...] como um colonialista, não sei, talvez. No fundo, Angola era um país português [...] não percebo e continuo a não perceber porque é que uns chamam de retornados e outros de emigrantes. Mas é uma coisa que se vive com isso.

Entrevista realizada a Maria de Lurdes Duarte a 21 de março de 2018

Em que ano foi para Angola?

ML: Em 1965.

Que idade tinha?

ML: Tinha por volta de 30 anos.

Qual era a sua situação socioprofissional em Portugal, antes de partir para Angola?

ML: Era doméstica.

Onde e com quem vivia em Portugal, antes de ir?

ML: O meu pai foi para o Brasil e deixou ficar a minha mãe. Fui criada com o meu avô e minha avó, em Sarzedo.

Que motivos a levaram a ir para a Angola?

ML: Porque já estava lá o teu avô. Já o conhecia e ele resolveu ir para lá (Angola). [...]. Foi em fevereiro num barco que demorou muito e chegou em março [...] foi por intermédio de um senhor de Serzedo e depois arranhou trabalho [...]. Em abril, escreveu a dizer “Lurdes, informa-te numa agência para tratares da viagem para poderes vir”. Então fui a Lamego [...] arranjei então no barco Uíge, era o único, era o mais rasteiro, mas o mais barato também. Fui então no dia 30 (de março), saí do Sarzedo, vim ficar no Porto [...] fui para Leixões apanhar o barco de manhã, pelas 10 horas. De Leixões fomos durante o dia para Lisboa [...] e no dia 31 arrancámos para Luanda [...] passámos por Las Palmas [...] estivemos lá um dia para ver aquilo e depois seguimos [...]. Cheguei lá no dia de Santo António (de 1965).

Então foi sozinha?

ML: Sim, fui sozinha, ele já lá estava e já tinha arranjado uma casa [...].

Em que cidade ou zona de Angola se fixou?

ML: Em Luanda [...] no bairro de São Pedro à Cuca.

Tinha aí contactos que a ajudaram-na?

ML: Não conhecia lá ninguém [...] ele arranhou a casa a uma senhora ali de Penafiel [...] fui andando e convivendo com as vizinhas, eram gente boa. Aquela rua era gente unida e muito amiga.

Que atividade passou a desenvolver em Angola?

ML: Passado um ano, o tal senhor (Sr. Guimarães), que era nosso amigo, tinha um sobrinho, que era o Comandante da Polícia Segurança Pública de Angola, e então arranjava-lhe trabalho ou para a polícia ou para machimbombo (condutor de autocarro) [...] e eu disse-lhe “vai para a polícia” [...] e então foi para a polícia, entrou em Janeiro [...] ajudava-lhe a fazer ditados porque ele não sabia ler bem nem escrever, tinha um bocado de dificuldades. E lá fez o exame da polícia em Catete. Depois, quando foi destinado, foi para Henrique de Carvalho, para longe. Eles dizem para o “mato”, mas ali era a cidade de Henrique de Carvalho [...] em abril foi logo

para cima [...] para um posto [...] estive pouco tempo. Vim para baixo (Luanda) e o sr. Guimarães arranhou-nos uma casa, para quando saísse do hospital [...]. Depois comprei pintainhos, o teu avô fez um galinheiro, criei ali galinhas e coelhos [...] estava muito bem, quem me dera [...] e vendi coelhos e ovos.

Que recordações tem da Guerra Colonial?

ML: Depois tudo fugiu e ali no bairro de São Pedro era só nós que lá estávamos. Eles diziam que não entravam lá porque o bairro de São Pedro estava armado até aos dentes [...] em 74 já se tinha dado o 25 de abril [...]. Depois começou tudo a fugir, uns puderam trazer coisas trouxeram, os que não puderam trazer deixaram lá ficar [...].

Que recordações tem do dia 25 de abril?

ML: Mal, tudo tinha os rádios de manhã, às 7 horas, ligados a tocar música portuguesa [...] de uma hora para a outra, o rádio calou-se. “O que é que foi? O que é que foi?”. Entretanto, veio o meu senhorio [...] e eu disse “Então senhor Vaz, o que é que aconteceu?”. “Falam que houve um golpe de Estado em Portugal.”, e eu disse “Ai, meu Deus”. “Mas eles não podem entregar isto assim”. Ai não podem, entregaram tudo e os portugueses tiveram que vir com uma mão à frente e outra atrás. Mas o avô ainda fez dois caixotes [...]. Os portugueses lá coitadinhos, ficaram logo aflitos. Havia lá duas mulheres, coitadas, compraram dois terrenos [...] vieram-se embora, deixaram lá ficar as casas. Trabalharam lá na construção civil e deixaram lá ficar as casas, é pecado isto [...]. Nem gosto de falar do 25 de abril.

O que o motivou a regressar a Portugal?

ML: Veio tudo, mas, como o avô era polícia, não podia regressar sem ter ordens. Então quando chegou as ordens, viemos. Chegámos aqui no dia 1 de setembro (1975) [...]. Na terça-feira (26 de agosto) fomos para o aeroporto, havia lá muita gente [...]. Os caixotes já tinham vindo com as malas [...] traziam roupas, loiças e 150 kg de açúcar [...] que vieram de barco. Nós levamos uma mala de mão só com as nossas roupas. Depois chegámos ao aeroporto e não havia lugar para vir. Ficamos lá terça, quarta, quinta, sexta e só no sábado (30 de setembro) é que viemos. Estava lá muita gente, tudo cheio de fome porque não tinha ali onde comer. Andavam lá umas freiras a trazer umas bolachas para quem tinha crianças.

Regressou sozinho ou acompanhado por quem?

ML: Vim com o avô e já trazia o Carlos e o Fernando.

Como decorreu essa viagem?

ML: Chegámos ao avião cheios de fome e vieram logo as hospedeiras trazer comida. Fomos bem-recebidos. Quando chegámos cá, tínhamos um autocarro para nos trazer ao comboio a Santa Apolónia e, depois, apanhamos o comboio para Campanhã. Chegámos a Campanhã às 6 horas da manhã. Apanhámos um comboio para a Régua por volta das 8 horas. Depois apanhámos uma carreira às 10 horas que chegava ao Sarzedo às 12 horas (dia 1 de setembro) [...] instalei-me na casa da minha mãe.

O que sentiu quando chegou a Portugal?

ML: Diferente. O clima lá era quente, aqui já era frio. Deixei lá uma casa jeitosa [...]. Gostava de viver lá, gostava do clima e gostava do ambiente. Lá era mais barato, as coisas eram mais baratas. Estava a pagar dois contos e quinhentos por uma casa grande.

Na sua viagem de regresso e na sua instalação em Portugal, teve algum apoio?

ML: Quando cheguei cá, estávamos no Sarzedo e veio de lá também um que era polícia e dava-se bem como avô. Íamos a Moimenta buscar farinha [...] fui umas três vezes, deram-me numa vez dois cobertores, doutra deram outros dois e deram também farinha.

Como reiniciou a sua atividade profissional ou ocupação?

ML: Depois a polícia pôs o avô para Lisboa. Foi no dia 20 de janeiro para Lisboa. Depois, ele pediu para vir para cá, para a esquadra de Vila Nova de Gaia, e viemos morar para Serzedo.

Qual a sua opinião acerca do termo "retornado"? Aceita ser designado por "retornado"? Preferia que fosse utilizado outro termo para designar os cidadãos portugueses regressados das ex-colónias? Qual?

ML: Eu não. A culpa foi daqueles que fizeram o 25 de abril que foram uns ladrões. Já viste os portugueses que tinham lá as suas casas, ali a trabalhar de noite e de dia? [...]. Não aceito o termo. Eu fui por bem e lá é correram com a gente [...]. O que é que eu hei-de ser? Sou Portuguesa [...] depois o avô foi a Lisboa para naturalizá-los (Carlos e Fernando) [...] são os dois portugueses.